

DESTAQUE

DO DIA

66.002.02-C

Implantação do processo digital no TRF/ 1.ª Região

Na última quarta-feira, dia 16 de setembro, a comissão instituída pela portaria Presi 600-287, de 28 de agosto deste ano, apresentou ao presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, Jirair Aram Meguerian, o documento de visão, o cronograma de desenvolvimento e implantação do processo digital, bem como o esboço (*wireframe*) do que será o novo sistema, que estará em funcionamento, em 1.º e em 2.º grau, a partir de janeiro do próximo ano. Também esteve presente à reunião na Presidência o diretor-geral do TRF/ 1.ª Região, Sílvio Ferreira.

A comissão é presidida pelo juiz federal em auxílio à Presidência, Reginaldo Márcio Pereira, e composta pelo juiz federal em auxílio à Corregedoria-Geral e gestor dos sistemas processuais de 1.º grau, Alexandre Franco – que coordena os trabalhos –; pela diretora da Secretaria Judiciária (Secju) e gestora do sistema de 2.º grau, Letícia Neves, pelo diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Humberto Xavier, e por diretores e servidores da Secin.

A adaptação dos sistemas processuais atuais para operar o processo digital foi determinada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro César Asfor Rocha, em reunião com os presidentes dos demais TRFs, ocorrida em julho, para que, a partir do próximo ano, somente sejam distribuídas e processadas ações e recursos novos em forma digital, ou seja, sem o uso de papéis ou autos.

O processo digital é desenvolvido pela equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal



Beto Monteiro

(Secin), a partir de conhecimentos assimilados de projetos como o JEF Virtual e o e-Jus.

O novo sistema consiste em ferramenta básica de visualização e tramitação das peças processuais, dos atos de secretaria e das decisões em forma digital, a partir dos próprios sistemas atualmente usados, o que facilitará o seu funcionamento, tendo em vista que praticamente todos os usuários estão habituados aos atuais sistemas.

O sistema estará concluído até o mês de novembro deste ano, e o treinamento dos desembargadores federais, juízes federais e servidores está previsto para ocorrer em dezembro, para que a partir de janeiro o processo digital esteja definitivamente implantado.

O CJF disponibilizará os recursos financeiros para toda a estruturação da parte de informática do Tribunal, seções e subseções judiciárias, das varas e gabinetes, bem como se encarregará da contratação de rede para toda a Justiça Federal.

Terceiro descarte administrativo da SJDF

Pela terceira vez, a Seção Judiciária do DF (SJDF) realizará o descarte de processos administrativos da Seccional. Os procedimentos da equipe da Comissão de Descarte da SJDF, que está sob a coordenação de Cleber Belluco, diretor do Núcleo de Administração de Serviços Gerais (Nuasg), tiveram início no dia 17 de agosto passado, quando foram selecionados, para descarte, cerca de 846 processos.

Durante cinco dias, a equipe de trabalho separou e analisou cada processo de acordo com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT), que define critérios para classificação e seleção de processos e documentos administrativos, determinando prazo

de manutenção no arquivo corrente ou transferência para o arquivo intermediário, além de definir os critérios de eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente.

Agora, os processos selecionados para descarte aguardam a solenidade do 3.º Descarte de Documentos e Processos Administrativos da Seção Judiciária, que ocorrerá no final deste ano. A etapa final do descarte é a trituração dos processos, realizada em empresa de reciclagem de papel. O descarte de processos permite a liberação de espaço físico, além de ser, também, um trabalho de recuperação e preservação da história da instituição.

Seção de Comunicação Social / SJDF